

Parlamentarista no exercício do presidencialismo

Sociólogo, professor e senador, Cardoso assume o cargo pronto para exercer o poder centralizador do sistema presidencialista

por Eliane Cantanhêde de Brasília

Parlamentarista histórico, o sociólogo, professor e senador Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência da República, no dia 1º de janeiro de 1995, pronto para exercer na plenitude o poder que lhe confere o centralizador sistema presidencialista. Durante os três longos meses da transição de governo, ele deu sempre a última palavra, vetou entrevistas da equipe e, antecipadamente, seguiu à risca toda a liturgia do sistema que sempre condenou. Foi um bom treino para os quatro anos que vêm por aí.

“Nas democracias, é o povo quem decide. O eleitorado votou em massa pelo presidencialismo e só me cabe obedecer a vontade popular”, disse Fernando Henrique, com exclusividade, a este Relatório. Referia-se ao plebiscito nacional sobre sistema de governo, realizado no ano passado.

Na época, Fernando Henrique e o PSDB – único partido programaticamente parlamentarista – foram fragorosamente derrotados. Por um capricho da História, entretanto, eles acabaram sendo os maiores beneficiários daquele resultado, pois chegam ao governo com muito mais poder do que teriam no parlamentarismo.

“Exercerei o mandato conforme prescreve a Constituição. Pedirei aos congressistas, inclusive, que adaptem a nossa Carta ao bom funcionamento do regime presidencialista”, avisa o presidente. Sua única ressalva: “Nada disso, contudo, abala minhas convicções parlamentaristas”, disse.

Filho, neto e bisneto de generais e marechais, Fernando Henrique Cardoso é uma pessoa afável na rotina, mas tem profundo respeito à hierarquia. Não pretende abrir mão dela ao chegar à Presidência da República em condições de governabilidade raramente vistas na história republicana: economia em vias de estabilização, perspectiva de crescimento, abertura aos capitais externos e sólida base de sustentação parlamentar.

O maior desafio do presidente será, justamente, canalizar todo esse capital para os três objetivos de seu governo, que são tão essenciais quanto, aparentemente, inconciliáveis: acabar definitivamente com a inflação, possibilitar a retomada do desenvolvimento e dar um salto histórico no combate à miséria que dizima milhões de brasileiros.

O primeiro passo nessa direção foi a montagem de um ministério “que pode não ser o ideal, mas é o possí-

vel”, como bem definiu um de seus principais assessores. O segundo é confirmar um apoio partidário que já era promissor com a aliança que alavancou sua candidatura (PSDB, PFL e PTB), cresceu no primeiro turno com o PP e o PL e chega à posse no seu limite, com a adesão do partido que tem o maior número de deputados, senadores e governadores – o PMDB.

Os dois passos foram articulados. Na busca da equipe “possível”, Fernando Henrique foi pragmático ao escolher nomes que lhe assegurassem votos no Congresso; rigoroso com o critério honestidade; curioso diante dos currículos acadêmicos. E soube prestigiar os amigos. Um bom exemplo desse somatório é o ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Gustavo Krause. É do PFL, foi ministro da Fazenda, é considerado um bom poeta e, de quebra, tem a simpatia do presidente e da primeira-dama, Ruth Cardoso.

Antes da posse, tudo são flores. Depois, nunca se sabe. O Congresso inaugura nova legislatura, a partir de 15 de fevereiro, sob a advertência mais do que repetida de que são necessárias reformas nas áreas fiscal, tributária e previdenciária. Aparentemente, todos concordam, mas é no detalhe que a sensação de onipotência dos executivos se esvai. A simpatia política dos novos governadores é suficiente para a aceitação de mais encargos e nenhuma nova receita? A boa vontade dos partidos implica a aprovação do fim da aposentadoria por tempo de serviço?

Fernando Henrique é uma pessoa considerada sedutora, um acadêmico com passagens pelas mais importantes universidades do mundo, um político treinado nas difíceis negociações da Constituinte e testado – brilhantemente – nas urnas. Mas, por enquanto, o governo FHC é apenas uma boa expectativa.

“Daqui a quatro anos, espero entregar a meu sucessor um país em franca retomada do crescimento econômico e com a economia estabilizada”, projeta o presidente. “Além disso, um país já no rumo firme de aumentar as oportunidades de cada brasileiro, diminuindo as desigualdades sociais e regionais”, concluiu. Trata-se, em resumo, do compromisso de um social-democrata que se elegeu com apoio do liberalismo e que vai, mais do que tudo, precisar mexer direito as peças de um tabuleiro muito bem montado.

